



Universiteit
Leiden
The Netherlands

Sociabilidade do Brasil Neerlandês (1630 - 1654)

Xavier, L.F.W.

Citation

Xavier, L. F. W. (2018, October 30). *Sociabilidade do Brasil Neerlandês (1630 - 1654)*. Retrieved from <https://hdl.handle.net/1887/66712>

Version: Not Applicable (or Unknown)

License: [Licence agreement concerning inclusion of doctoral thesis in the Institutional Repository of the University of Leiden](#)

Downloaded from: <https://hdl.handle.net/1887/66712>

Note: To cite this publication please use the final published version (if applicable).

Cover Page



Universiteit Leiden



The handle <http://hdl.handle.net/1887/66712> holds various files of this Leiden University dissertation.

Author: Xavier, L.F.W.

Title: Sociabilidade do Brasil Neerlandês (1630 - 1654)

Issue Date: 2018-10-30

Introdução

Esse trabalho é fruto das minhas reflexões, durante quase um decênio, de pesquisas para o Projeto Resgate de Documentação Barão do Rio Branco.¹ De certa forma, é também uma continuação da pesquisa realizada entre 2005 e 2006, para a elaboração de dissertação de mestrado em História Social na Universidade Erasmus.² Já durante essa primeira pesquisa, ficou claro que, entre a historiografia sobre o Brasil Holandês — sobre a qual falaremos oportunamente — e as fontes primárias, sobretudo neerlandesas, havia uma discrepância. É consenso, nessa historiografia, que a sociedade colonial era dividida em duas categorias sociais muito rígidas e polarizadas, “neerlandeses” ou protestantes de um lado e “portugueses” ou católicos de outro, e, devido principalmente a diferenças de religião, esses dois grupos raramente interagiam. Quando o faziam, seu relacionamento era, no mínimo, hostil.

Entretanto, as fontes primárias apresentavam uma imagem diferente. Durante as pesquisas, as seguintes perguntas surgiram: havia interações entre neerlandeses e portugueses? Além dessas duas culturas europeias, atuavam na Nova Holanda pessoas provenientes de outras regiões da Europa? Quais fatores facilitaram ou dificultaram a interação entre atores históricos europeus, durante o breve período de vinte e quatro anos de existência da Nova Holanda? Em quais esferas esses personagens interagem? Por fim, os padrões de convivência na colônia neerlandesa foram excepcionais ou representam padrões de convivência no Atlântico Sul, na primeira metade do século XVII? Atualmente, como no passado, cotidianamente, as pessoas interagem em diferentes contextos ao mesmo tempo, sendo possível, durante a pesquisa, identificar três esferas de convivência, a saber, social, econômica e jurídica.³

-
1. Os resultados dessas pesquisas foram publicados na coleção “Mauritiana”, constando de 5 volumes. Cf.: Marianne L. Wiesebron (ed.), *O Brasil em arquivos neerlandeses Brasileiros in de Nederlandse archieven (1624 – 1654)*. 5 vol. Leiden: CNWS, vol. 1 2004; vol. 2 2005; vol. 3 2008 e Leiden University Press, vol. 4 2011 e vol. 5 2013.
 2. Lucía Furquim Werneck Xavier, *Mathias Beck and the quest for silver. Dutch adaptability to Brazil*. Dissertação de Mestrado defendida em 2007, na Universidade Erasmus, em Rotterdam, Países Baixos, não publicada.
 3. Cf. István Szijártó, “Four Arguments for Microhistory”. In: *Rethinking History*, 2002, 6(2), pp. 209 – 215. Para a citação, p. 210.

No contexto deste trabalho, “esfera de convivência” significa “*a meaningful context of human action*”.⁴

Nova Holanda ou Brasil Neerlandês é o nome que se dá à colônia da empresa neerlandesa Companhia das Índias Ocidentais (daqui em diante referida por suas iniciais neerlandesas WIC), na região nordeste da América Portuguesa. A WIC foi criada em 1621, mas só entrou em funcionamento em 1623, pois foram necessários dois anos para que a Companhia dispusesse de capital suficiente para iniciar suas atividades. Cabe aqui uma digressão. O ano de fundação da empresa coincide com o final da Trégua dos Doze Anos, quando a Espanha reestabeleceu os embargos contra embarcações neerlandesas nos portos da Península Ibérica, sendo que o impacto de tais embargos foi imenso para a economia das Províncias Unidas, pois, enquanto os rendimentos do comércio diminuía, os gastos com a guerra aumentavam.⁵ Concomitantemente, as disputas internas quase provocaram uma guerra civil, enfraquecendo a posição do governo dentro da República, bem como no contexto europeu. Assim, a República encontrava-se cercada interna e externamente.⁶

Teoricamente, os pilares de sustentação da WIC eram o curso, a colonização e o comércio na bacia do Oceano Atlântico. Mas, de fato, a Companhia foi fundada “propositadamente pelos Estados Gerais como instrumento para o combate do inimigo [a Espanha]”.⁷ Nessa linha, o objetivo principal era

4. Nicholas J Entrikin, *The betweenness of place: towards a geography of modernity*. London: Macmillan Education LTD, 1991. Para a citação, p. 10.

5. Jonathan Israel, *The Dutch Republic Its rise, greatness and fall, 1477 – 1806*. Oxford: Clarendon Press, 1998, pp. 478 – 485.

6. Cf.: Jonathan Israel, *Dutch Primacy in world trade 1585 – 1740*. Oxford: Clarendon Press, 1989, pp. 121 – 196 e Maarten Prak, *The Dutch Republic in the Seventeenth Century: The Golden Age*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, especialmente capítulo 2.

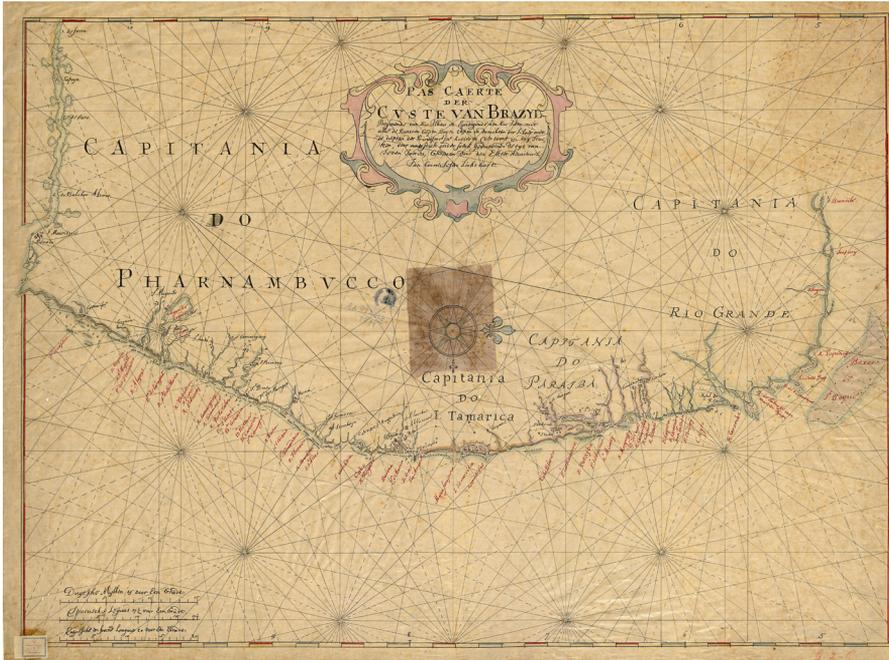
7. Henk den Heijer, *De geschiedenis van de WIC*. Zutphen: Walburg Pers, 2002, p. 33. Ainda sobre esse caráter militar da WIC, cf.: J. G. van Dillen, “De West-Indisch Compagnie, het Calvinisme en de politiek”. In: *Tijdschrift voor Geschiedenis* vol. 74, 1961, pp. 145 – 171; W. J. van Hoboken, “The Dutch West India Company; the political background of its rise and decline”. In: J. S. Bromley e E. H. Kossmann (eds.), *Britain and the Netherlands*. vol. I, London: Chatto & Windus, 1960, pp. 41 – 61. Estruturalmente, a Companhia era composta de cinco Câmaras, a saber: Amsterdam, Mosa, Zeelândia, Groninga e Holanda do Norte; a direção geral da empresa cabia ao colégio dos Diretores XIX. Esse colégio era composto de oito representantes indicados pela Câmara de Amsterdam, quatro pela da Zeelândia, dois por cada uma das três outras

transferir para fora da Europa os conflitos com a coroa espanhola, atingindo-a em sua principal fonte de renda, as colônias americanas. Para tal, em 1624 foi empreendido um ataque contra a cidade de Salvador, na Bahia de Todos os Santos, capital da América Portuguesa, a fim de assenhorearem-se do lucrativo comércio do açúcar.⁸ Embora tenham conquistado a cidade, as forças da WIC não conseguiram subjugar o interior, ficando, assim, encerradas dentro da muralha cidadina. A reação ibérica — desde 1580, Portugal e suas possessões ultramarinas faziam parte da coroa espanhola — foi proporcional e, um ano após a conquista, os neerlandeses foram expulsos.⁹ Esse empreendimento custou muito caro aos cofres da WIC, que retomou suas atividades de curso, embora seus recursos financeiros tenham baixado significativamente. Em 1628, porém, uma esquadra da Companhia, comandada por Piet Heyn, capturou a frota de prata espanhola, abastecendo os cofres da WIC novamente.¹⁰ Os Diretores XIX não perderam tempo, e, em 1630, foi realizado um novo ataque ao Brasil, dessa vez em Pernambuco.¹¹ O mapa abaixo representa a extensão territorial da Nova Holanda.

Câmaras e um pelos Estados Gerais. Cf.: Henk den Heijer, “Diretores, Stadhouderes e Conselhos de Administração (A Administração da Companhia das Índias Ocidentais Neerlandesas na República das Províncias Unidas e no Brasil)”. In: Marianne Wiesebron (ed.), *O Brasil em arquivos neerlandeses Brazilië in de Nederlandse archieven (1624 – 1654)*, vol. 2. Leiden: CNWS, 2005, pp. 17 – 43. Para a citação, p. 24.

8. Michiel van Groesen, *Amsterdam's Atlantic Print Culture and the making of Dutch Brazil*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2017, p. 2.
9. Para a reconquista de Salvador, cf. G. Edmundson, “The Dutch power in Brazil 1624 – 1654”. In: *The English Historical Review*, 1896, 11, pp. 231 – 259; M. G. de Boer, “De val van Bahia”. In: *Tijdschrift voor Geschiedenis* 1943, 58, pp. 38 – 49 e S. B. Schwartz, “The voyage of the Vassals: royal power, noble obligations and merchant capital before the Portuguese Restoration of Independence, 1624 – 1640”. In: *American Historical Review*, 1991, 96, pp. 735 – 762.
10. H Den Heijer, *Geschiedenis van de WIC*, p. 39.
11. Para a “*Histoire événementielle*” sobre o Brasil Holandês, cf.: P. M. Netscher, *Os holandeses no Brasil Notícia Histórica dos Países-Baixos e do Brasil no século XVII*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942 [1853]; F. A. de Varnhagen, *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002 [1871] e Charles Boxer, *De Nederlanders in Brazilië 1624 – 1654*. Alphen aan de Rijn: A. W. Sijthoff, 1977 [1957]. De todos esses livros existem diferentes edições. Mencionam-se aqui as consultadas para este trabalho.

Figura 1: Paes caerte der custe van Brazyl... [18-?] Lichthart, Jan Cornelisz, 1601 – 1646



Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Cartografia, localização ARC.004,11,007.¹²

Do ponto de vista neerlandês, o período entre 1630 e 1636 é conhecido como Conquista da Nova Holanda. Em 1630, as forças da WIC, comandadas pelo coronel Diederick van Waerdenburch, conseguiram conquistar a cidade do Recife e de Olinda rapidamente, mas os moradores, comandados por Mathias de Albuquerque, apresentaram grande resistência, mantendo as

12. Agradeço a Josafá Terto de Amorim por ter me cedido a reprodução digital.

tropas neerlandesas confinadas ao Recife. Além da resistência dos moradores, outro problema que Waerdenburch enfrentou foi a falta de conhecimento da região. Mas a partir de 1632, essa situação sofreria uma transformação: o morador Domingos Fernandes Calabar passou para o lado neerlandês, levando consigo muita informação sobre o território.¹³ Com o auxílio desse natural da terra, gradualmente os neerlandeses foram expandindo a área sob sua autoridade. Os desenvolvimentos na colônia levaram os Diretores XIX a concluir ser necessário o envio de um governador geral, tendo sido escolhido o conde João Maurício de Nassau-Siegen. É consenso, na literatura, que “a escolha não poderia ter sido mais acertada”!¹⁴

João Maurício de Nassau-Siegen governou durante o período de 1637 a 1644. Já em 1635, com a conquista do Forte Cabedelo, na Paraíba, os conflitos militares diminuíram de intensidade, mas não desapareceram por completo. Também antes de 1637, a liberdade de consciência foi oferecida aos portugueses que passassem para o lado neerlandês.¹⁵ Logo, quando o Conde de Nassau chegou ao Recife, em janeiro de 1637, havia uma relativa paz na colônia; não muito depois de seu desembarque, Nassau atacou e conquistou o último reduto militar dos portugueses, Porto Calvo. Esperava-se com isso que a paz finalmente reinasse na colônia, mas os portugueses adaptaram sua estratégia para o uso de, na expressão de José Antônio Gonsalves de Mello,

-
13. Os motivos para a deserção de Calabar não são claros, o que permite toda sorte de especulação. Frei Manoel Calado alega que Calabar se passou para o lado neerlandês por “temor que teve de ser preso (...) por alguns furtos graves que havia feito na fazenda d’el-Rei (...)”. Essa explicação não é de todo sem sentido, como ficará explícito no capítulo 2, a seguir. Cf.: Manuel Calado. *O Valeroso Lucideno*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987 [1648] vol.1, p. 54. Outro que esboçou uma tentativa de explicação foi Frans Schalkwijk em seu “Por que Calabar?” O motivo da traição”, concluindo que os motivos são “*non liquet*”, ou seja, não são claros e que qualquer explicação é de fato, especulação. Cf.: *Fides Reformata* 2000, 5(1) edição eletrônica disponível em http://www.mackenzie.br/fileadmin/Mantenedora/CPAJ/revista/VOLUME_V__2000__1/Frans_Leonard.pdf (acessado em 20 de junho de 2017).
 14. Charles Boxer assim define a escolha de João Maurício: “Quaisquer que tenham sido as razões que moveram os Diretores XIX na escolha de João Maurício (...) os desenvolvimentos que se seguiram provam que eles não poderiam ter feito escolha melhor”. Cf. Boxer, *De Nederlanders in Brazilië*, p. 91.
 15. Johannes de Laet, *Iaerlijck verhael van de Verrichtingen der Geotroyeerde West-Indische Compagnie*. vol. 4. ‘s-Gavenhage: Martinus Nijhoff, 1937 [1644]. Para a citação, p. 132.

“bandos de campanhistas incendiários”, para destruir o que fosse possível, estorvando assim ganhos econômicos dos neerlandeses.¹⁶

Apesar dos conflitos intermitentes, João Maurício de Nassau-Siegen conseguiu, no que lhe foi possível, organizar a administração da colônia e reestruturar a produção e comércio do açúcar. O tráfico negreiro também recebeu novo alento, embora não suficiente para estimular a produção açucareira.¹⁷ Gradativamente, mais portugueses voltaram a seus engenhos abandonados e, em 1644, por ocasião da partida de Nassau, esperava-se uma excelente safra. Somado a isso, o governador geral favoreceu as ciências e as artes, ao patrocinar o trabalho de cientistas e artistas como Albert Eckhout, Frans Post, Willem Piso e Georg Markgraf; tal prática era, até então, desconhecida na América Portuguesa.¹⁸ Do ponto de vista social, ele foi um aglutinador entre as várias culturas europeias presentes na colônia, acomodando, sempre que necessário, as diferenças entre elas. Em seus escritos, João Maurício deixa bem claro estar consciente de que o ódio dos portugueses contra os neerlandeses era principalmente fruto da derrota na guerra, e não de diferenças de nacionalidade e religião.¹⁹ Portanto, como defende Charles Boxer, “não deve ter sido fácil para João Maurício unir os interesses dos plantadores portugueses ou *moradores*, com os dos invasores neerlandeses, independentemente se

16. Hermann Wätjen, *O domínio colonial holandês no Brasil: um capítulo da história colonial do século XVII*. Recife: CEPE, 2004 [1921], p. 177. Cf.: também NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr., 51, doc. 135, 18-12-1636; inv. nr. 52, doc. 24, 28-03-1637; inv. nr. 53, doc. 78, 23-05-1638; inv. nr. 54, doc. 164, 10-07-1639 e inv. nr. 56, doc. 1, 10-01-1641.

17. Para o governo de Nassau, cf. Boxer, *De Nederlanders in Brazilië* capítulos III e IV e Wätjen, *O domínio colonial holandês*, capítulo 3.

18. Cf.: E. van den Boogaart (ed). *Johan Maurits van Nassau-Siegen 1604 – 1679 Essays on the occasion of the tercentenary of his death*. The Hague: The Johan Maurits van Nassau Stichting, 1979. Michiel van Groesen, historiador neerlandês, sustenta que o trabalho de artistas e cientistas patrocinados por Nassau ocultou todo o período e que Brasil Holandês passou a ser sinônimo de João Maurício de Nassau-Siegen. Cf.: Groesen, *Amsterdam's Atlantic*, p. 188.

19. Cf.: “Sommier Discours over den staet vande vier geconquesteerde capitaniën Parnambuco, Itamaraca, Paraíba ende Rio Grande, in de noorderdeelen van Brasil”. In: *Bijdragen en Mededelingen van het Historisch Genootschap gevestigd te Utrecht* 2 (1879) pp. 256 – 311. Para a citação, p. 285. No original: *[de Portugeese] haeten deselve [de gereformeerde] niet alleen om de religie, maer principelijck om datse door deselve sijn verwonnen, soodat wat de Portugesen tot noch toe doen ende obedieren, is uyt vreesse ende dwangh, niet uit eenige affectie tot onsen Staet, uytgenomen eenige seer weynig, die tonen van harten tot ons genegen te sijn.*

fossem funcionários do governo, comerciantes, colonistas ou soldados”.²⁰ Isto posto, sete anos, o tempo de permanência de Nassau no Recife, junto com a penúria reinante na colônia, não foram suficientes para eliminar o que a guerra criara.

No último período do Brasil Holandês, entre 1644 e 1654, tem-se a resistência neerlandesa e a conseqüente perda da colônia. Pouco mais de um ano após a partida de Nassau, os portugueses sublevaram-se contra os neerlandeses. Fundamentaram seu levante na liberdade religiosa, lutando contra o infiel herege. Hermann Wätjen, em seu trabalho seminal, defende que a insurreição foi movida por “incompatibilidade de raça, zelo confessional e penúria econômica”.²¹ Gonsalves de Mello, na sua biografia de Fernandes Vieira, salienta esses três motivos, acrescentando as traições e abusos — segundo os portugueses — dos neerlandeses, concluindo então que “o título de «governadores da liberdade divina», tomado por Vieira e Cavalcanti, ao se insurgirem em 1645, salienta também a importância fundamental que representou o fator religioso no movimento restaurador”.²² Embora Gonsalves de Mello tenha uma dose de razão, não devemos perder de vista que, para homens e mulheres setecentistas, religião e comércio eram duas dimensões igualmente necessárias da vida cotidiana, ganhando maior ou menor expressão, conforme as circunstâncias se apresentavam.²³ Acrescente-se que, desde tempos imemoriais, a religião influencia o comportamento e o pensamento do ser humano, importando assim em padrões éticos-comportamentais, forjando a união com os outros membros da mesma sociedade.²⁴ Nesse sentido, embora no século XVII houvesse um sentimento de união entre membros de

20. C. Boxer, *De Nederlanders in Brazilië*, p. 158. Ênfase do autor.

21. Hermann Wätjen, *O domínio colonial holandês*, p. 226.

22. Gonsalves de Mello, *João Fernandes Vieira*, p. 96.

23. Willem Frijhoff, “The West India Company and the Reformed Church: Neglect or Concern?”. In: *De Halve Maen. Magazine of the Dutch colonial period in America*, 1997, 70(3), pp. 59 – 68. Para a citação, p. 60.

24. Antony D. Smith, *The antiquity of nations*. Cambridge: Polity Press, 2008, p. 20 e Brian Sandberg, “Beyond Encounters: religion, ethnicity, and violence in the Early Modern Atlantic World, 1492 – 1700”. In: *Journal of World History*, 2006, vol. 17, no. 1, pp. 1 – 25. Para a citação, p. 15. A título de comparação com a colônia Novos Países Baixos (*Nieuw Nederland*), Willem Frijhoff explica que nessa colônia, os ingleses diziam que os neerlandeses se preocupavam mais com ganhos materiais do que com questões religiosas. Essa “indignação puritana” tinha um objetivo exclusivamente político, sendo reiteradamente utilizada nos conflitos entre neerlandeses e ingleses, durante décadas. Cf.: W. Frijhoff, “The West India Company and the Reformed Church”, p. 60.

uma sociedade, este se torna mais forte quando um outro, um estranho ou estrangeiro, ataca essa sociedade e/ou tenta usurpar seu governo.²⁵ Nesse caso, essa união se manifesta mais em forma de hostilidade para com o outro do que em coesão interna, e quanto menores as interações entre as duas partes, tanto maior o ódio entre eles.²⁶ Por isso, tão logo as hostilidades contra os holandeses cessaram, em 1654, as contradições internas do Brasil afloraram novamente.²⁷

Salientar o elemento religioso, porém, é contar somente parte da história, pois a análise de alguns escritos de João Fernandes Vieira, líder do levante português, presentes no Arquivo Nacional em Haia, mostra-nos que a razão apresentada por ele era puramente econômica, alegando este ter medo de perder sua fortuna para os holandeses, devido às suas grandes dívidas. Vieira escreve também que, se necessário fosse, pediria ajuda ao sultão dos turcos, que eram muçulmanos, pois preferia viver entre turcos do que entre neerlandeses.²⁸ João Fernandes Vieira poderia ser um homem piedoso, mas isso não exclui nem elimina as dificuldades econômicas que enfrentava e que expulsar os neerlandeses lhe traria grande alívio financeiro.

Fundamentados nas razões acima e imensamente motivados, muito rapidamente os portugueses ocuparam praças importantes, fazendo os neerlandeses perderem o acesso ao interior da colônia, ficando praticamente isolados em algumas localidades, dependendo da metrópole para o

25. Sobre como a guerra forjava coesão social, ver Anthony D. Smith, *The antiquity of nations*. Cambridge: Polity Press, 2008, capítulo 6.

26. Johan Huizinga, “Patriotisme en nationalisme in de Europeesche Geschiedenis tot het eind der negentiende eeuw”. In: *idem, Verzamelde werken*. vol. IV. Haarlem: H. D. Tjeenk Willink & Zoon, 1949, pp. 497 – 554. Para a citação, p. 507.

27. Ernst Pijning, “Idealism and power: the Dutch West India Company in the Brazil trade (1630 – 1654)”. In: Allan Macinnes & Arthur H. Williamson (eds.), *Shaping the Stuart World 1603 – 1714 The Atlantic Connection*. Leiden/Boston: Brill, 2006, pp. 207 – 232. Para a citação, p. 230.

28. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 60, doc. 111, 22-06-1645 e inv. nr. 62, doc. 107, 12-09-1646. José Honório Rodrigues, em notas à tradução da *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*, de Joan Nieuhof, publicada em 1981 pela Editora Itatiaia de Belo Horizonte, na nota 368, pp. 298 e 299, assim se expressa: “Tudo leva a crer que seja exata a afirmativa de que João Fernandes Vieira deixou-se levar muito mais pelas dívidas que lhe pareciam insolváveis do que pelo programa de idéias de liberdade divina”. Sobre João Fernandes Vieira, ver José Antônio Gonsalves de Mello, *João Fernandes Vieira Mestre-de-campo do Terço de Infantaria de Pernambuco*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000.

abastecimento da colônia.²⁹ Do lado neerlandês, desde 1642, para reduzir os custos de manutenção da conquista, os Diretores XIX determinaram a diminuição do efetivo militar, o que enfraqueceu as guarnições de defesa, pois também estavam mal providos de armamentos, munições e recursos diversos.³⁰ Após duas derrotas significativas, nas Batalhas dos Guararapes, e com a pouca assistência recebida da metrópole, a situação dos neerlandeses em terra ficou muito precária, mas eles ainda dominavam os mares. No final de 1653, uma armada portuguesa aportou no Recife, que finalmente se rendeu.

Quando as forças armadas da WIC chegaram a Pernambuco, o Recife albergava europeus, africanos e os naturais da terra, chamados de indígenas. Os europeus, em sua maioria, eram portugueses, mas havia também “galegos, biscainhos, castelhanos, canarinos, florentinos, napolitanos, alemães, flamengos, franceses e ingleses”. Essa presença de não lusos não surpreende, pois, desde os primórdios da ocupação da América Portuguesa, o povoamento das terras de além-mar foi dificultado pela falta de população em Portugal; sendo assim, para promover a ocupação do território, permitiu-se a entrada de estrangeiros, ou “gente de fora”, como ser verá no capítulo 1.³¹ Importa, antes de tudo, esclarecer o significado da palavra “estrangeiro”. Tanto para a Coroa Ibérica quanto para os Estados Gerais, estrangeiro era o de fora, o que “não pertencia ao reino”, ou o que nasceu em outro lugar.³² Para o século XVII, as Ordenações Filipinas, conjunto de leis vigentes em Portugal, entre 1580 e 1640, definem como estrangeiros todos aqueles ou aquelas que³³

29. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 62, doc. 107, 12-09-1646.

30. H. Wätjen, *O domínio colonial holandês*, p. 212 e 213. Cf. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 8, 4-04-1640 e inv. nr. 9, 21-05-1643 e Bruno Romero Ferreira Miranda, *Gente de Guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630 – 1654)*. Recife: Editora UFPE, 2014.

31. Joaquim Romero Magalhães, “A sociedade”. In: *idem, História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, pp. 469 – 509. Para a citação, p. 472.

32. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Os estrangeiros e a Inquisição Portuguesa (séculos XVI – XVII)*. Lisboa: Hugin Editores, 2002, p. 15.

33. Candido Mendes de Almeida (ed.), *Código Philipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal Recopiladas por mandado D’EL-Rey D. Philippe I*. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico, 1870, Livro II, Título LV, p. 489. Ainda nesse mesmo “Título”, fica evidente o elemento ascendência, pois filhos de pais estrangeiros, ainda que nascidos em Portugal, seriam estrangeiros. Se a mãe fosse portuguesa, seus descendentes seriam automaticamente portugueses. Filhos de portugueses, que se encontrassem no estrangeiro em missão oficial, seriam portugueses. Filhos de emigrados seriam

não nasceram nestes Reinos e Senhorios delles, postoque nelles morem e residam, e casem com mulheres naturaes delles, e nelles vivam continuamente, e tenham seu domicilio e bens.

Estrangeiros ou “naturais do reino”, esses conquistadores, aventureiros, comerciantes e militares deixavam o Velho Mundo rumo ao Novo, sob os auspícios de uma ou outra potência europeia, levando consigo, todavia, suas agendas particulares. Chegando do outro lado do Atlântico, encontravam aí um ambiente caracterizado por “múltiplas hierarquias de honra e estima, com múltiplas categorias de trabalho, e de divisões complexas de cor e com variados meios de mobilidade e mudança; mas [que] era também uma sociedade com uma grande tendência a reduzir complexidades a contrastes dualistas (...)”.³⁴ Acrescente-se que o ambiente colonial do Brasil, na primeira metade do século XVII, favorecia a coesão, a aproximação dos europeus e a diluição de muitos preconceitos, mormente os de religião.³⁵ Foi nesse cenário que muitas pessoas foram capazes de desenvolver o que Richard White chama de “*middle ground*”, melhor traduzido para o português como “meio termo”, um espaço real ou virtual entre pessoas, cidades, culturas e até mesmo impérios, no qual “*cultures seemed to intersect, so that the expectations of each side could find at least some satisfaction*”.³⁶ O “meio termo” pode ser entendido também

estrangeiros. Uma pesquisa preliminar nas “Ordenações Afonsinas” e “Ordenações Manuelinas” revelou que, nessas duas compilações jurídicas, faz-se distinção entre “naturais do reino” e “estrangeiros”, embora não haja definição de nenhum dos dois. Para entender a forma de representação de estrangeiros em diferentes corpi documentais, cf.: Dieter Kremer, “Ausländer im Lissabon des 16. Jahrhunderts”. In: *Namenkundliche Informationen*, 2012/2013, 101/102, pp. 97 – 181. Para as Províncias Unidas, ver “Order op’t Schouwen ende bedelen der Leprosen, den 13 October 1586”. In: Cornelis Cau (org.), *Groot placquet-boek*. Den Haag: Hillebrandt Jacobsz van Wouw, 1658. Tomo 1, coluna 477. No original: (...) *uytheemdsche Persoonen, Mannen oft Vrouwen buyten den Lande van Hollant, Zeelant ende Vrieslant gebooren ofte woonachtich* (...).

34. Stuart B. Schwartz, *Sugar Plantations in the formation of Brazilian society Bahia, 1550 – 1835*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. 246.

35. Ronaldo Vainfas, “La Babel religiosa Católica, calvinistas, conversos y judíos en Brasil bajo la dominación holandesa (1630 – 1654)”. In: Jaime Contreras; Bernardo. J. García; Ignacio Pulido (eds), *Familia, Religión Y Negocio El sefardismo en las relaciones entre el mundo ibérico y los Países Bajos en la Edad Moderna*. Madrid: Fundación Carlos de Amberes / Ministerio de Assuntos Exteriores, 2002. pp. 321 – 339. Para a citação, p. 325.

36. Richard White, *The middle ground: Indians, empires, and republics in the Great Lakes region, 1650 – 1815*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991, pp. X e 81.

como “zonas de contato”, segundo Mary Louise Pratt, ou seja, “(...) *social spaces where disparate cultures meet, clash, and grapple with each other, often in highly asymmetrical relations of domination and subordination (...)*”.³⁷ Tanto o “meio termo” quanto as “zonas de contato” surgem de interações quotidianas de indivíduos de diferentes culturas, que buscam soluções imediatas para adversidades básicas, como sobrevivência, trocas materiais, violência e seus efeitos, para dar somente alguns exemplos.³⁸

1. Fundamentos teórico–metodológicos

Para atuar no “meio termo”, ou nas “zonas de contato”, eram necessárias novas formas de sociabilidade. Richard White enfatiza que, para atuar exitosamente no “meio termo”, era essencial que os atores acomodassem suas diferenças culturais, religiosas ou de qualquer outra natureza, e que também tentassem entender “*the world and the reasoning of others and to assimilate enough of that reasoning to put it to their own purposes*”.³⁹ Ou seja, era preciso se aproximar, ainda que minimamente, do outro.

Para os propósitos desse trabalho, entende-se que uma sociedade só existe quando um número qualquer de indivíduos desenvolve continuamente diferentes formas de interação.⁴⁰ Nessa linha, a sociedade não é mais uma totalidade estanque, mas se transforma em “alguma coisa que está em contínuo fazer-se”.⁴¹ Sociabilidade é, então, a forma de atuação numa sociedade, sendo condição *sine qua non* a participação voluntária em oposição à coerção. Ou, nas palavras de uma investigadora italiana, sociabilidade é a capacidade do ser humano de formar interações de natureza variada, conforme objetivos, necessidades particulares e as circunstâncias que se apresentam.⁴² Acrescenta-se que a sociabilidade só resulta em cooperação efetiva e no alcance de

37. Mary Louise Pratt, *Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation*. New York: Routledge, 2008 [1992], Kindle Edition, Locations 360 – 361.

38. Richard White, *The middle ground*, p. 56.

39. Richard White, *The middle ground*, p. 52.

40. Georg Simmel, *Georg Simmel on Individuality and Social Forms*. Chicago: University of Chicago Press, 1971, p. 23, Kindle Edition.

41. Luciana Oliveira e Vanrochris Helbert Vieira, “Nas tramas do discurso: sociabilidade comunicação cultura poder”. In: *Intexto*, 2015, 33, pp. 46 – 63. Para a citação, p. 49.

42. Cecília Costa, “Socialization and sociability”. In: *Italian Journal of Sociology of Education*, 2013, 5(3), pp. 246 – 269. Para a citação, p. 248.

objetivos reais quando o indivíduo “(...) *shall not present his peculiarities and individuality with too much abandon and aggressiveness* (...)”.⁴³

A metodologia apropriada para resgatar a sociabilidade entre neerlandeses e portugueses, na Nova Holanda, é a da Microhistória. Já durante o Mestrado, essa metodologia foi empregada para estudo de diferentes relatos de viagens e descrições sobre o Brasil Neerlandês. Até há pouco tempo, os trabalhos de P. M. Netscher, F. A. de Varnhagen, Hermann Wätjen, José Honório Rodrigues e Joaquim Ribeiro, José Antônio Gonsalves de Mello e Charles Boxer descrevem os colonos da WIC como incapazes de se adaptar ao Brasil.⁴⁴ Todavia, ao analisar o relato de viagem de Mathias Beck, enviado pelo governo do Recife ao Ceará, com o propósito de investigar uma suposta mina de prata, foi demonstrado que, ao contrário da historiografia, até então, os neerlandeses foram capazes de se adaptar aos trópicos. Mathias Beck não era uma exceção; ao contrário, sua atitude representa a atitude de muitos outros neerlandeses, inclusive do governo da colônia da WIC. Desde o início da ocupação, os Diretores XIX instavam o governo do Recife a produzir alimentos *in loco*, para aliviar a Companhia dos gastos de abastecimento.⁴⁵ Pouco, porém, foi realizado, até o governador geral João Maurício de Nassau-Siegen determinar que cada propriedade agrícola deveria produzir uma quota de farinha de mandioca. Se, do ponto de vista econômico, para José Antônio Gonsalves de Mello, essa medida significa uma das primeiras tentativas de frear os efeitos deletérios da monocultura, do ponto de vista cultural, foi uma forma de adaptação, já que a farinha de mandioca fora incorporada à dieta dos escravos e dos soldados.⁴⁶ Após o Mestrado, o estudo da correspondência particular

43. Georg Simmel, *Georg Simmel on Individuality*, pp. 130 e 135.

44. As obras clássicas sobre o Brasil Neerlandês são: P. M. Netscher, *Os holandeses no Brasil Notícia Histórica dos Países-Baixos e do Brasil no século XVII*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942 [1853]; F. A. de Varnhagen, *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002 [1871]; Hermann Wätjen, *O domínio colonial holandês no Brasil: um capítulo da história colonial do século XVII*. Recife: CEPE, 2004 [1921]; José Honório Rodrigues e Joaquim Ribeiro. *Civilização holandesa no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940; José Antônio Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007 [1947] e Charles Boxer, *De Nederlanders in Brazilië 1624 – 1654*. Alphen aan de Rijn: A. W. Sijthoff, 1977 [1957].

45. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 8, doc.7, 1-11-1631.

46. José Antônio Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos*, p. 156. Para a questão da adaptação neerlandesa aos trópicos, ver Lucia Furquim Werneck Xavier, *Mathias*

de Johan van Rasenberg, comerciante neerlandês que operou no Recife entre 1644 e 1646, permitiu a compreensão da circulação monetária na Nova Holanda, tema até aquele momento pouco investigado na historiografia.⁴⁷

Para os propósitos desta pesquisa, entende-se a Microhistória como a ciência da vida real, ou metodologia para o estudo de “interações de indivíduos e pequenos grupos, com o objetivo de isolar ideias, crenças, práticas e ações que de outro modo permaneceriam desconhecidos”. Resgata-se, assim, a experiência de atores sociais, da gente mais comum, cuja existência conhecemos apenas por uma menção, em algum documento chegado aos nossos dias, até os mais importantes, que registraram sua experiência em cartas, diários ou relatos de viagem.⁴⁸ A mudança da escala de análise é uma medida útil, pois permite que se olhe em níveis mais profundos uma determinada sociedade/cultura, para identificar as “vastas estruturas sociais complexas, sem perder a visão da escala do espaço social de cada indivíduo, e, a partir daí, do povo e de sua situação na vida”.⁴⁹ Ademais, ao ampliarmos o objeto de estudo “(...) captamos o

Beck and the quest for silver. Dutch adaptability to Brazil. Dissertação de mestrado não publicada, Erasmus Universiteit, janeiro de 2007. Uma versão resumida encontra-se nos *Anais do II Encontro Internacional de História Colonial Mneme – Revista de Humanidades*. UFRN, Caicó, v. 9, n. 24, 2008, disponível em http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais/st_trab_pdf/pdf_8/lucia_st8.pdf (acessado 8 de junho de 2016) e Claude Guy Papavero, “Alegrias e desventuras do paladar: a alimentação no Brasil Holandês”. In: *Revista de Nutrição*, 2010, 23(1), pp. 137 – 147. Para a farinha de mandioca utilizada na alimentação dos escravos, ver NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 8, doc. 2, 13-07-1630. Para o sustento das guarnições com farinha de mandioca, ver Lucia F. W. Xavier, “Circulação Monetária no Brasil Neerlandês”. In: *Clio – Revista de Pesquisa Histórica*, 29.2 (2011). Edição eletrônica, disponível em <http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/issue/view/13/showToc> (acessado em 22-11-2015). Ressalta-se que além de atender aos Diretores XIX, o cultivo obrigatório da mandioca para produção de farinha visava combater o desabastecimento da colônia e as crises de fome recorrentes.

47. Para a experiência de Johan van Rasenberg ver Lucia F. W. Xavier, “*Circulação Monetária no Brasil Neerlandês*”.
48. Carlo Ginzburg and Carlo Poni, “The Name and the Game: Unequal Exchange and the Historiographic Marketplace”. In: Edward Muir and Guido Ruggiero (eds.), *Microhistory & the Lost People of Europe*. Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1991, pp. 1 – 10. Para a citação, p. 8 e Karl Appuhn, “*Microhistory*”. In: Peter Stearns (org.), *Encyclopedia of European Social History from 1350 to 2000*. vol. I [Methods & Theory; Periods, Regions, nations, peoples, Europe & the World]. Detroit: Scribner’s Sons, 2001, pp. 105 – 112. Para a citação, p. 105.
49. Giovanni Levi, “Sobre a micro-história”. In: Peter Burke, *A escrita da História Novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992, pp. 133 – 161. Para a citação, pp. 136 – 137.

sentido de atos humanos e isso não é irrelevante, não é um assunto menor, uma vez que o comportamento de cada indivíduo ou as experiências de uma pequena comunidade são importantes em si e traduzem no caso particular a brava luta que cada um de nós experimenta para viver em uma determinada circunstância”.⁵⁰

Essa discussão sobre o conceito de Microhistória merece um comentário adicional. Tal como aqui posto, a Microhistória aproxima-se da História do Cotidiano. Segundo Alf Lüdtke, História do Cotidiano é o estudo da vida e “*survival of those who have remained largely anonymous in history — the “nameless” multitudes in their workaday trials and tribulations, their occasional outbursts or dépenses*”.⁵¹ P. Steege e seus co-autores dilatam o conceito para além dos “sem nome”, demonstrando que não há oposição entre indivíduos excepcionais e “pessoas comuns”, pois processos coletivos resultam da ação tanto das elites quanto de indivíduos “comuns”, desde que ambos contribuem para a vida cotidiana em suas sociedades.⁵² Acrescente-se que a metodologia

-
50. Anaclet Pons y Justo Serna, “Nota sobre a microhistoria: ¿No habrá llegado el momento de parar?”. In: *Pasado Y Memoria Revista de Historia Contemporánea* 2004, vol. 3, pp. 5. 25. Para a citação, pp. 12–13. Ainda sobre os benefícios da Microhistória, cf.: Brad S. Gregory, “Is small beautiful? Microhistory and the History of everyday life”. In: *History and Theory* 1999 38(1), pp. 100 – 110 e Bernhard Struck, Kate Ferris e Jacques Revel, “Introduction: space and scale in transnational history”. In: *The International History Review*, 2011, 33(4), pp. 573 – 584, especialmente p. 577.
51. Alf Lüdtke, “Introduction: What is the History of Everyday Live and who are its practitioners?”. In: *idem, The History of Everyday life: reconstructing historical experiences and ways of life*. Princeton: Princeton University Press, 1995, pp. 3 – 40. Para a citação, p. 4. Ainda sobre o conceito de História do Cotidiano, ver Andrew I Port, “History from Below, the History of Everyday Life, and Microhistory”. In: James D. Wright (eds.), *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*, 2nd edition. Amsterdam: Elsevier, 2015, pp. 108 – 113; Angel Enrique Carretero Pasín, “La quotidienneté comme objet: Henri Lefebvre et Michel Maffesoli. Deux lectures opposées”. In: *Sociétés*, 2002, 78(4), pp. 5 – 16; Jacques Le Goff, “A História do Quotidiano”. In: G. Duby, *História e Nova História*. Lisboa: Editorial Teorema, 1994, pp. 86 – 96.
52. Paul Steege, Andrew Stuart Bergerson, Maureen Healy e Pamela E. Swett, “The History of Everyday Life: A Second Chapter”. In: *The Journal of Modern History*, 2008, 80, pp. 358 – 378. Para a citação, p. 368. Esses autores concluem também que o cotidiano “*is not found only “down below”, and indeed it is wrong to believe it to exist solely as an alternative to and distinct from high politics, big structures, and grand historical forces. (...) By focusing on the individual subjective actor’s creative potential in the world, the historian of everyday life can integrate the micro and the macro, cause and consequence, and can both use and undermine the myths of everyday life*”, p. 367.

ideal para reconstruir isso é a da Microhistória, como se descreveu acima.⁵³ Mas, embora sejam congruentes, não são análogas; a História do Cotidiano concentra-se nas experiências vividas por homens e mulheres, excepcionais ou comuns, em diferentes contextos de relações sociais, enquanto a Microhistória foca em atos rotineiros e repetitivos, muitas vezes inconscientes, numa “tentativa de reconstruir interações sociais e transações diárias” para se entender o desenvolvimento histórico.⁵⁴

Até recentemente, a historiografia do Brasil Holandês dedicou considerável atenção às guerras do período, à economia da colônia, à estrutura e conflitos religiosos, o relacionamento entre os colonos da WIC com os indígenas e, principalmente, ao governo de João Maurício de Nassau-Siegen.⁵⁵ Embora seja variada no seu tratamento do tema, essa historiografia utiliza uma perspectiva macro, oferecendo ao leitor, assim, uma “foto panorâmica” do período, deixando de lado não só a perspectiva dos atores históricos que vivenciaram a colônia, mas também as relações interpessoais.

A questão que fica, então, é: por que se pode dizer que “análises macro” parecem limitadas? Em termos gerais, podemos afirmar que, segundo Francesca Trivellato, a Macro história é baseada principalmente, mas não exclusivamente, em fontes secundárias; desenvolve-se ao longo de muitos séculos, quando não milênios, e prefere a simplificação em benefício da generalização.⁵⁶ Sobretudo, buscam investigar somente as mudanças ocorridas numa sociedade específica.⁵⁷ Ao mesmo tempo, essas análises adotam dois mecanismos de explicação, a saber: primeiro, que a situação local e/ou pessoal nada mais é do que reflexo direto do nível macro, somente podendo ser descrita no que possuem de mais geral. O comportamento humano seria, então, tradução imediata de um conjunto de normas que “influenciam diretamente e sem ambiguidade (...) todas as micro decisões” individuais, como se o mundo fosse unificado e as instituições afetassem a vida humana do mesmo modo.⁵⁸ Segundo, perpassa

53. Alf Lüdtke, “Introduction”, p. 14 e Brad S. Gregory, “Is Small Beautiful?”, p. 103 – 104.

54. Andrew I Port, “History from Below”, p. 110.

55. Para as obras clássicas sobre o Brasil Neerlandês, ver nota 44 acima.

56. Francesca Trivellato, “Is there a future for Italian Microhistory in the Age of Global History?”. In: *California Italian Studies* 2(1) 2001, edição eletrônica.

57. Perry Anderson, “The Force of anomaly”. In: *London Review of Books*, 2012 34(8), pp. 3 – 13. Para esse trabalho foi consultada a versão eletrônica, disponível em <https://www.lrb.co.uk/v34/n08/perry-anderson/the-force-of-the-anomaly> (acessado em 28 de junho de 2017).

58. Giovanni Levi, “Un problema de escala”. In: *Relaciones. Estudios de Historia y Sociedad*

nesses trabalhos um caráter de dicotomias indiscutíveis e hierarquizadas, como, por exemplo, civilizado x primitivo, cidade x campo e outras.⁵⁹

No caso particular do Brasil Neerlandês, essas análises tenderam a generalizações, sobretudo no que toca à divisão da sociedade colonial em apenas dois grupos, negligenciando a presença de outras culturas europeias, que foram simplesmente consideradas lusitanas ou neerlandesas, conforme o lado em que lutavam na guerra ou a agência fomentadora da permanência deles no Brasil.⁶⁰ Acrescente-se que também perpassa os trabalhos dos autores supramencionados a noção de que entre lusitanos e neerlandeses havia pouca ou nenhuma interação.⁶¹ Assim, também no caso da Nova Holanda, pode-se aplicar, de uma ou de outra forma, o juízo microhistórico de que a perspectiva macro “*falhou em oferecer qualquer descrição satisfatória das muitas e variadas contradições que caracterizam as vidas de todos os indivíduos em suas lutas consigo mesmo e com o seu meio ambiente*”.⁶²

Forçoso é também reconhecer que não existe um manifesto microhistórico que contenha um corpo de proposições unificadas sobre como o método funciona e quais suas principais características. Ao contrário, podemos dizer que uma das forças da Microhistória é a sua flexibilidade.⁶³ Baseando-se em

95, 2003, vol. XXIV, pp. 279 – 288. Para a citação, p. 282; e Paul-André Rosental, “Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a ‘microstoria’”. In: Jacques Revel (org.), *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 151 – 172. Para a citação, p. 155. Nesse mesmo artigo, Rosental nos lembra que os “comportamentos individuais não são mecanicamente determinados: eles refletem o uso que cada um faz da margem de manobra de que dispõe numa situação dada, do seu universo de possíveis”. (p. 159).

59. Giovanni Levi, “Un problema de escala”, p. 282.

60. Para a literatura clássica sobre o Brasil Neerlandês, ver nota 44 acima.

61. Ver nota 44 acima.

62. S. G. Magnusson, “Cultural History – Alltagsgeschichte – Microhistory: In-Between methodologies and conceptual frameworks”. O artigo está disponível em <http://www.microhistory.org/?e=34&w=journal-of-microhistory-2006#body-anchor> (acessado em 14 de junho de 2016). Ênfase minha.

63. Francesca Trivellato, “Is there a future for Italian Microhistory in the Age of Global History?” In: *California Italian Studies* 2(1) 2001, edição eletrônica e Jacques Revel, “Microanálise e construção do social”. In: Jacques Revel (org.), *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 15 – 38. Para a citação, p. 16 e Karl Appuhn, “Microhistory”. In: Peter Stearns (org.), *Encyclopedia of European Social History from 1350 to 2000*, vol. I [Methods & Theory; Periods, Regions, nations, peoples, Europe & the World]. Detroit: Scribner’s Sons, 2001, pp. 105 – 112. Para a citação, p. 110.

Giovanni Levi, Carlo Ginzburg e Edoardo Grendi, Trivellato conclui que a Microhistória italiana jamais formou uma escola de pensamento unificada, enquanto Jacques Revel sustenta que a interpretação e a problemática da Microhistória “não foram concebidas em toda parte em termos homólogos”.⁶⁴ Henrique Espada Lima vai mais adiante e conclui que a Microhistória é “simultaneamente um empreendimento coletivo (...) e um conjunto não uniforme de experiências radicalmente individuais de pesquisa que são irreduzíveis (...) umas às outras”⁶⁵ Contudo, é consenso, na literatura sobre o tema, que o elemento comum aos trabalhos microhistóricos é a crença de que a redução da escala de observação revelará informações previamente ignoradas.⁶⁶

Ademais, como aponta o poema da epígrafe deste trabalho, a História não é só feita por personagens marcantes, mas também por atores sociais cotidianos, na ausência de um termo mais apropriado. No caso do Brasil Neerlandês, sabemos que tanto o coronel Diderick van Waerdenburgh, comandante das forças militares da WIC, durante a invasão em 1630, quanto os soldados sob seu comando, lutaram para conquistar o Recife, embora tenham vivenciado as batalhas de forma diferente.⁶⁷ Após a conquista, seguiu-se, entre 1637 e 1644, o governo do Conde João Maurício de Nassau-Siegen, conhecido como a “época de ouro” da Nova Holanda. Esse período também não foi feito de um só homem, mas de todos os que lá viviam. Como nos esclarecem Bailyn, Canny e Pietschmann, no Atlântico Sul do século XVII, “as pessoas colaboravam no comércio, mediação e outros processos de troca, sem consideração ao idioma, à cultura, à religião ou à cor”.⁶⁸ Partindo dessa ideia,

64. Jacques Revel, “Microanálise e construção do social”, p. 15.

65. Henrique Espada Lima, *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. Para a citação, p. 146.

66. Giovanni Levi, “Sobre a micro-história”. In: Peter Burke (ed.), *A escrita da História Novas perspectivas*. São Paulo: Unesp 1992, pp. 133 – 161. Para a citação, p. 139. Francesca Trivellato, “Is there a future for Italian Microhistory”, edição eletrônica.

67. Carlo Ginzburg trata desse tema em “Distance and perspective Two metaphors”. In: *idem*, *Wooden Eyes Nine reflections on Distance*. New York: Columbia University Press, 1998, pp. 139 – 156.

68. Horst Pietschmann, “Atlantic History – History between European History and Global History”. In: *idem* (ed.), *Atlantic History History of the Atlantic system 1580 – 1830*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2002, pp. 11 – 54. Para a citação, p. 33; Bernard Bailyn, *Atlantic History concept and contours*. Massachusetts: Harvard University Press, 2005; Nicholas Canny, “Writing Atlantic History; or Reconfiguring the History of Colonial British America”. In: *Journal of American History* 86(3) 1999, pp. 1093 – 1114.

ao longo desse trabalho, procurou-se identificar, no contexto cronológico e geográfico do Brasil Neerlandês, as experiências vivenciadas cotidianamente pelos atores sociais, na sua interação com outros indivíduos, em atividades sociais, comerciais, políticas e jurídicas, procurando-se identificar também o sistema de normas que influenciou, favoreceu ou limitou, em maior ou menor medida, o convívio das pessoas.⁶⁹ Por certo, atores sociais do passado “não são meras marionetes nas mãos de grandes forças invisíveis da História, mas sim indivíduos ativos, atores conscientes” que se enfrentavam ou se aliavam ao sabor de suas posições sociais e possibilidades econômicas.⁷⁰ E, nas palavras do influente historiador Giovanni Levi, toda ação social é “o resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais”.⁷¹

Não causa espécie que essa busca da ação individual ou de pequenos grupos seja um dos pontos mais contestados em estudos microhistóricos e na História do Cotidiano. Uma das críticas que se faz a esses trabalhos é a representatividade do caso singular. A realidade social não é homogênea, ao contrário, ela é multifacetada, assim, não há caso singular, mas casos que agregados formam um todo.⁷² Logo, ao mudar a escala de investigação, procura-se localizar a maior quantidade possível de elementos de uma sociedade, resgatando assim as mais diversificadas experiências sociais.⁷³ Ademais, é preciso destacar também, que a Microhistória não é uma abordagem monográfica, isolada do contexto geral.⁷⁴ Ao contrário, “sua pretensão é chegar a conclusões historiográficas

69. Bruno Miranda, em seu *Gente de Guerra*, fez uma análise semelhante para os soldados da WIC.

70. S. G. Magnússon e István M. Szijártó, *What is Microhistory? Theory and Practice*. Londres[etc]: Routledge, 2013. Para a citação, p. 5 e Jacques Revel, “Microanálise e construção do social”, p. 31.

71. Giovanni Levi, “Sobre a Micro-história”, p. 135.

72. Para a realidade multifacetada, cf. Gilles Deleuze and Félix Guattari, “14400: The Smooth and The Striated”. In: *idem, A thousand plateaus Capitalism and Schizophrenia*. London/ New York, The Continuum, 2004, pp. 523 – 551 e Carlo Ginzburg, “Distance and perspective Two metaphors”. In: *idem, Wooden Eyes Nine reflections on Distance*. New York: Columbia University Press, 1998, pp. 139 – 156. Cf. também Georg G. Iggers, *Historiography in the Twentieth Century: from scientific objectivity to the Postmodern challenge*. Connecticut: Wesleyan University Press, 2005, capítulo 9, pp. 101 – 117.

73. Jacques Revel, “Microanálise e construção do social”, p. 22.

74. István Szijártó, “Four arguments for Microhistory”, p. 211.

de alcance geral”.⁷⁵ Perry Anderson, em uma resenha erudita sobre Carlo Ginzburg, indaga até que ponto o estudo das anomalias (ou singularidades) pode modificar as conclusões apresentadas em trabalhos macro históricos, pois a “arte do historiador permite muitas metodologias, assim como a pintura muitos estilos de imaginação”; portanto, micro e macro são mutuamente informativos.⁷⁶ Matti Peltonen vai mais além, defendendo que a redução da escala para a observação de singularidades só faz sentido quando esses casos singulares “revelam estruturas sociais relevantes no nível macro”.⁷⁷

Acrescente-se ainda que este trabalho se encontra no cruzamento de três historiografias, a saber: História da Holanda, História do Brasil e História Atlântica, afastando-se, pois, das abordagens tradicionais que geralmente enfocam *somente* a Nova Holanda. Se, num primeiro momento, combinar Microhistória e História Atlântica parece ser uma proposta contraditória, Putnam demonstra que a Microhistória atlântica “apresenta casos e mais casos de vidas fascinantes e peripatéticas que contradizem generalizações sobre a correspondência imputada à raça, mediação cultural, papel econômico e espaços de ação”.⁷⁸ Recentemente, Fortin e Meuwese publicaram uma antologia de biografias, cujo objetivo era “colocar o humano de volta na

75. Paul-André Rosental, “Construir o «macro» pelo «micro»”, p. 152.

76. Perry Anderson, “The Force of anomaly”. In: *London Review of Books*, 2012 34(8), pp. 3 – 13. Para esse trabalho foi consultada a versão eletrônica, disponível em <https://www.lrb.co.uk/v34/n08/perry-anderson/the-force-of-the-anomaly> (acessado em 28 de junho de 2017); Sibouh David Aslanian; Joyce E. Chaplin; Ann McGrath e Kirstin Mann, “AHR *Conversation*: How size matters: the question of scale in history”. In: *American Historical Review*, 2013 118(5), pp. 1431 – 1472. Para a citação, p. 1436.

77. Matti Peltonen, “What is micro in Microhistory?”. In: Hans Renders & Binne de Haan (eds.), *Theoretical discussions of biography Approaches from History, Microhistory, and Life Writing*. Leiden/Boston: Brill, 2014, pp. 105 – 118. Para a citação, p. 114. Cf. também, Matti Peltonen, “Clues, Margins, and Monads: the micro-macro link in historical research”. In: *History and Theory*, 2001 40(3), pp. 347 – 359; Charles Tilly, “Micro, Macro or Megrim?” e Giovanni Levi, “The origins of the Modern State and the Microhistorical Perspective”. In: Jürgen Schlumbohm (ed.), *Mikrogeschichte – Makrogeschichte: komplementär oder inkommensurabel?*. Göttingen: Wallstein-Verlag, 1998, pp. 33 – 51 e pp. 53 – 82.

78. L. Putnam, “To study the fragments/whole: microhistory and the Atlantic World”. In: *Journal of Social History* 39(3) 2006, pp. 615 – 630. Para a citação, p. 617 e Roquinaldo Ferreira, “Atlantic microhistories: mobility, personal ties, and slaving in the Black Atlantic World (Angola and Brazil)”. In: Nancy Naro; Roger Sanci e David Truce (eds.), *Cultures of the Lusophone Black Atlantic*. New York: Palgrave Macmillan, 2007, pp. 99 – 128. Para a relação entre Microhistória e História Global, cf. Tonio Andrade, “A Chinese

História Atlântica”, permitindo, assim, que homens e mulheres pudessem explicar o que o Atlântico significou na vida deles.⁷⁹ O uso da biografia como método de pesquisa acadêmica serve para evitar o entendimento da realidade histórica como se fosse única, na qual todos os indivíduos “*have the same cognitive dispositions, obey the same decision-making mechanisms and deal according to a socially normative and uniform sum of profit and loss.*”⁸⁰

Antes do mais, é forçoso frisar que, na História, sempre houve elementos de diferenciação entre os “nós” e os “outros”. Gregos e romanos antigos chamavam de “bárbaros” todos aqueles que não falavam grego ou Latim e que tinham forma de governo diferentes das suas. Além do idioma e da forma de governo, um outro elemento de identificação de uma coletividade é a ideia de “nação”, cujo significado variou bastante ao longo dos séculos.⁸¹ Embora este trabalho não seja sobre o conceito de nação, muitas vezes empregou-se esse termo tal como aparece nas fontes consultadas, fazendo-se necessário, portanto, explicar seu significado para o agente histórico do século XVII.

Começamos a investigação pela origem e formação do substantivo “nação”. Segundo dicionários etimológicos de neerlandês e de português, “*natie*” vem de “nasci”, particípio do verbo “nascor”, em Latim, e começou a ser utilizado na Idade Média, referindo-se à população de uma mesma aldeia, que falava o mesmo idioma.⁸² Percebe-se, pois, que “nação” implica um elemento geográfico e linguístico.

farmer, two African boys, and a warlord: toward a global microhistory”. In: *Journal of World History*, 2010, v. 21, n. 4, pp. 573 – 591.

79. Jeffrey A. Fortin e Mark Meuwese, *Atlantic biographies: individuals and peoples in the Atlantic World*. Leiden etc: Brill, 2014. Para a citação, pp. IX e XI

80. Giovanni Levi, “The uses of biography”. In: Hans Renders & Binne de Haan (eds.), *Theoretical discussions of biography Approaches from History, Microhistory and Life writing*. Leiden/Boston: Brill, 2014, pp. 62 – 74. Para a citação, p. 73. Cf. também Sabina Loriga, “A biografia como problema”. In: Jacques Revel (org.), *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 225 – 249.

81. Willem Frijhoff, “Identiteit en identiteitsbesef. De historicus en de spanning tussen verbeelding, benoeming en herkenning”. In: *Bijdragen en Mededelingen betreffende de Geschiedenis der Nederlanden*, 1992, CII(4), pp. 614 – 634. Para a citação, p. 632. Cf. também J. Huizinga, “Patriottisme en Nationalisme in de Europeesche geschiedenis tot het einde der negentiende eeuw”. In: *idem, Verzamelde werken*. Haarlem: H. D. Tjeenk Willink & Zoon, 1949. Vol. IV, pp. 497 – 554; J. Huizinga, “Uit de voorgeschiedenis van ons nationaal besef”. In: *idem, Verzamelde werken*. Haarlem: H. D. Tjeenk Willink & Zoon, 1948, vol. II, pp. 97 – 158.

82. *Historische Woordenboeken op Internet*, <http://gtb.inl.nl/?owner=WNT>, consultado em

Nesse diapasão, podemos dizer que, para o século dos seiscentos, a ideia de “nação” não enfatizava a lealdade a uma forma de governo, fosse monarquia ou república, e nem a posição jurídica, como atualmente, mas englobava as “diferentes formas de união e interdependência no local onde a pessoa habitava”, destacando normas, atitudes e padrão de vida.⁸³ Ou, nas palavras de Simon Groenveld, “nação” conotava a “coletividade a qual uma pessoa estava ligada particularmente por nascimento: o estado ou classe, a comunidade cidadina, o grupo religioso, um grupo significativo de comerciantes ou estudantes estrangeiros procedentes do mesmo território. No plano institucional, encontramos os mesmos termos, embora com outras conotações: a categoria social, a cidade, a igreja”, sendo que, no caso dos neerlandeses, a “nação” não era extensa em termos de população e o seu território era de dimensões reduzidas.⁸⁴ Assim, percebe-se que o elemento geográfico ocupava um lugar de destaque no conceito de nação, que é melhor entendido, então, como naturalidade.⁸⁵

É forçoso reconhecer que, segundo Anthony Smith, um dos estudiosos do conceito de nação mais influentes da atualidade, há investigadores que sustentam que “nação” e “nacionalismo” são fenômenos históricos recentes, surgidos por volta do final do século XVIII e, portanto, na Antiguidade, na Idade Média e início da Era moderna não é possível falar neles. Por outro lado, uma ideia de “nação” é recorrente na história da humanidade, como se evidenciou acima, sendo uma maneira de se diferenciar do “outro”.⁸⁶

17 de julho de 2017 e D. Rafael Bluteau, *Vocabulário Português & Latino*. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade, 1716, vol. 05, p. 658. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/002994-05>, acessado em 18 de julho de 2017.

83. J. Huizinga, “Patriottisme en Nationalisme”, p. 507 e Alf Lüdtke, “Introduction”, p. 18.

84. S. Groenveld, “Natie en national gevoel”, pp. 375 e 377. A literatura sobre o conceito de nação é dilatada. Para os propósitos deste trabalho, utilizamos, além do texto de S. Groenveld, E. H. Kossman, “Some questions concerning Dutch National Consciousness”. In: *Dutch Crossing Journal of Low Countries Studies* 1988 (34) 3, pp. 3 – 14; Peter Hoppenbrouwers, “The dynamics of national identity in the later Middle Ages”. In: Robert Stein and Judith Pollmann (eds.), *Networks, regions and nations: shaping identities in the Low Countries, 1300 - 1650*. Leiden/Boston: Brill, 2010, pp. 19 – 41.

85. Para a importância do elemento geográfico, veja Smith, *The Antiquity of Nations*, p. 135.

86. Smith, *The Antiquity of Nations*, pp. 1 – 30, principalmente p. 4. Cf. também Anthony Smith, “Theories of nationalism: alternative models of nation formation”. In: Michael Leifer (ed.), *Asian Nationalism*. London/New York: Routledge, 2002, pp. 1 – 20.

Um segundo elemento de diferenciação era a religião. Para o português dos séculos XV, XVI e XVII, a religião ocupava “espaço considerável nas [suas] preocupações cotidianas”, seja na Europa, seja nas Terras de Além Mar.⁸⁷ Influenciava também a visão de mundo, sendo este dividido entre católicos, muçulmanos (mourões) e judeus.⁸⁸ Com efeito, desde o início da expansão portuguesa, a religião católica teve um papel relevante na transferência do aparato institucional português e, entre 1580 e 1640, espanhol, para as regiões recém descobertas, inclusive a América Portuguesa; sua posição, entretanto, era subordinada aos interesses mormente econômicos, da Coroa.⁸⁹ Assim, os esforços missionários portugueses variaram imensamente, “com épocas, com os dirigentes, com as correntes políticas e, sobretudo, com as pessoas (...)”.⁹⁰ Não causa espície, todavia, que, sob a perspectiva de muitos evangelizadores, o mundo atlântico fosse caracterizado pelo pouco sucesso das tentativas de transformação religiosa.⁹¹ Percebe-se, então, que essa transposição institucional não foi tranquila; ao contrário, enfrentou vários problemas.

Mas o que significava religião para o ator histórico do século XVII? Para responder a essa pergunta, novamente os dicionários etimológicos são de grande

87. Laura de Mello e Souza, *O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 130.

88. Giuseppe Marcocci, “Trading with the Muslim World Religious limits and proscriptions in the Portuguese Empire (ca. 1480 – 1570)”. In: Francesca Trivellato; Leor Halevi e Cátia Antunes (eds.), *Religion and Trade Cross-cultural exchanges in World History, 1000 – 1900*. Oxford: Oxford University Press, 2014, Kindle Edition.

89. Brian Sandberg, “Beyond Encounters: Religion, Ethnicity, and Violence in the Early Modern Atlantic World, 1492 – 1700”. In: *Journal of World History* 2006, vol. 17, no. 1, pp. 1 – 25. Para a citação, p. 12 e João Paulo Oliveira e Costa, “A Igreja e a Expansão”. In: Ana Maria Rodrigues (org.), *Outro Mundo Novo Vimos*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001, pp. 41 – 49. Para a citação, p. 44. Para um estudo erudito sobre o desenvolvimento da evangelização portuguesa cf.: Luis Filipe Thomaz, “Descobrimientos e evangelização. Da Cruzada à missão pacífica”. In: *Congresso Internacional de História. Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas — Actas*. Braga, 1993, vol I, pp. 81 – 129.

90. Luis Filipe Thomaz, “Descobrimientos e evangelização”, p. 81.

91. Kenneth Mills, “Religion in the Atlantic World”. In: Nicholas Canny & Philip Morgan (eds.), *The Oxford handbook of The Atlantic World c. 1450 – c. 1850*. Oxford: Oxford University Press, 2011, p. 433 – 448. Para a citação, p. 435. Sobre como essa transposição se deu no Brasil, cf.: *O diabo e a terra de Santa Cruz*, especialmente o capítulo 2, pp. 86 – 150. Para o caso do México, cf. Serge Gruzinski, *A colonização do Imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol. Séculos XVI – XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, especialmente capítulo 5, pp. 271 – 294.

valia para o historiador. Tanto o dicionário neerlandês quanto o português oferecem definições semelhantes, mas não idênticas sobre religião, a saber: os sentimentos e pensamentos do ser humano em relação a uma divindade.⁹² Enquanto o primeiro apresenta um verbete genérico, o “Vocabulário Português” enfoca somente as religiões monoteístas, a saber, católica, judaica, islâmica e a religião gentílica.⁹³ Religião seria, então, o relacionamento do ser humano com uma divindade única. Para além dos dicionários, Pero de Magalhães Gândavo, em seu “História da Província Santa Cruz”, publicado pela primeira vez em 1576, explica que os nativos da terra não possuem a letra F em seu idioma, portanto, não têm fé; assim, não adoram divindade alguma e não tem concepção do destino humano após a morte, com a glória para os bons e a danação para os maus.⁹⁴ Essa explicação revela que religião, para Pero de Magalhães e, indubitavelmente, para muitos europeus daquela época, tinha como elementos a fé, o relacionamento com uma divindade e a vida após a morte.⁹⁵

2. Fontes

Este trabalho é baseado em uma multiplicidade de fontes neerlandesas e portuguesas, pois o historiador não deve analisar o passado apenas de um ponto de vista, mas sim expandir sua base empírica, social e geograficamente, incluindo sempre o maior número possível de vozes em seu trabalho.⁹⁶

-
92. D. Rafael Bluteau, *Vocabulário Português & Latino*. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade, 1716, vol. 07, p. 220 – 222. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/002994-05>, acessado em 27 de julho de 2017; e *Historische Woordenboeken op Internet*, <http://gtb.inl.nl/?owner=WNT>, consultado em 27 de julho de 2017. Para uma definição hodierna de religião, ver Jeppe Sindig Jensen, *What is religion?* London/New York: Routledge, 2014, edição eletrônica. Para uma crítica do uso de “religião” como categoria intercultural, ver Timothy Fitzgerald, “A critique of “religion as a cross-cultural category”. In: *Method & Theory in the Study of Religion* 1997, 9(2), pp. 91 – 110.
93. “Vocabulário Português”, p. 221.
94. Pero de Magalhães Gândavo, “Historia da Província Santa Cruz”. In: *idem, Tratado da Terra do Brasil; História da Província Santa Cruz*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980, pp. 67 – 146. Para a citação, p. 124. Há uma reprodução digital do original de 1576 disponível no site da Biblioteca Nacional de Portugal em <http://purl.pt/121>. (acessado em 1 de setembro de 2017).
95. Kenneth Mills defende o mesmo no seu “Religion in the Atlantic World”, pp. 438 – 439.
96. Natalie Zemon Davis, “Decentering history: Local stories and cultural crossings in a

Antes do mais, vale a pena destacar que não existe documento “inócuo” ou isento, ao contrário, todo documento é produto de uma sociedade em um determinado período, e elaborado para determinado fim, seja este dar notícias a entes queridos, sobre aventuras em terras longínquas, seja informar autoridades na metrópole sobre as atividades cotidianas do governo da colônia, seja um fim particular, como lembrar-se de fatos e pensamentos do passado. Acrescente-se que a presença ou ausência de documentos, em arquivos e bibliotecas, depende de escolhas humanas, daquilo que os contemporâneos consideraram digno de ser recordado.⁹⁷

No Arquivo Nacional Neerlandês, em Haia, foram consultadas as seguintes coleções: *Oude Westindische Compagnie* (Companhia das Índias Ocidentais Velha), subdividida em diversos inventários, descritos detalhadamente nos volumes 2, 4 e 5 da coleção *O Brasil nos arquivos neerlandeses*.⁹⁸ Para melhor elucidação desse corpus documental, encontra-se, por exemplo, um inventário contendo “Relatórios de viagem relativos ao Brasil, Angola e Tobago”, num total de 16 documentos. As *Overgekomen Brieven en Papieren van Brazilië in Curaçao* (Cartas e Papéis chegados do Brasil e Curaçao, doravante referidas por suas iniciais neerlandesas, OPBs) estão organizadas cronologicamente e distribuídas em 18 inventários. O “índice digital” do Arquivo Nacional, em Haia, consta de 3.678 itens, mas há aqueles que possuem mais de um documento, como, por exemplo, o item 1 do inventário 49, descrito como “duas cartas”, ou o item 89, do inventário 50, “diversas sentenças”, para dar somente dois exemplos.⁹⁹ Utilizando a metodologia de “mineração de texto” (*text mining*) para analisar o “índice digital”, identificou-se que 1.783 itens são classificados como “carta(s)”, abrangendo desde traduções de

global world”. In: *History and Theory*, 2011, v. 50, n. 2, pp. 188 – 202. Para a citação, p. 190.

97. Jacques Le Goff, “Documento/monumento”. In: Ruggiero Romano (dir.), *Enciclopédia Einaudi, volume 1 Memória – História*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, pp. 95 – 106. Para a citação, pp. 101 – 102. Sobre documentos e monumentos Le Goff, conclui: “(...) o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efectuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores”. p. 95.

98. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01. Conferir também os volumes indicados da coleção *O Brasil nos arquivos neerlandeses*.

99. O índice digital das OPBs está disponível em <http://www.gahetna.nl/collectie/index/nt00359> (acessado em 1 de abril de 2018).

cartas de portugueses interceptadas pelos neerlandeses, até as cartas gerais e cartas de particulares. É preciso frisar que “particular”, nesse caso, refere-se a indivíduos ou grupo de indivíduos, funcionários ou não da WIC. Essas cartas de particulares não são uniformes, podendo ser divididas em dois grupos; documentos oficiais e “*egodocuments*” ou documentos pessoais. O primeiro tipo refere-se a cartas entre particulares e a WIC, para tratar de assuntos relacionados a serviços à Companhia, tais como aumento de rendimentos, pedidos de demissão, promoção e muitos outros. Como exemplo, a missiva de Pieter van der Hagen para os Diretores XIX, na qual pede para continuar no serviço da WIC, apesar de anteriormente ter pedido demissão.¹⁰⁰ O segundo grupo abrange a correspondência entre particulares e a Companhia, mas são autênticos documentos pessoais, ou seja, aqueles nos quais indivíduos “escrevem sobre seus sentimentos, pensamentos e ações”.¹⁰¹ O exemplo mais ilustrativo são as onze cartas de Paulus van Serooskerken, conselheiro político para a Câmara da Zelândia, nas quais apresenta sua atuação e suas interações com outros membros do governo da Nova Holanda.¹⁰² Por fim, temos as *generale missieven*, ou cartas gerais, constando da correspondência periódica entre o governo do Recife e os Diretores XIX. Essas missivas são longas, tratando de assuntos dos mais variados, e, por isso, podem ser consideradas também como relatórios. São fontes de informação sobre a situação geral da colônia, a movimentação de navios, o estado de carregamentos enviados das Províncias Unidas e muitos mais.

Outros tipos de documentos presentes nas OPBs são relatos de pequenas viagens ou expedições, interrogatórios (128 itens), testemunhos (68 itens), memórias, listas de carregamento de açúcar (34 itens) e de vendas de escravos (59 itens). Os diferentes interrogatórios, testemunhos, sentenças (29 itens) e extratos das “Nótulas do Fiscal” foram investigados para a análise da prática judiciária, em conjunto com as cartas gerais e as Atas Diárias, das quais trataremos adiante. Para esse tema, contribuíram também as diversas petições e queixas apresentadas pelos moradores, principalmente para o governador geral

100. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 49, doc. 2, 3-04-1630.

101. Rudolf Dekker (ed.), *Egodocuments and History Autobiographical Writing in its Social Context since the Middle Ages*. Hilversum: Verloren, 2002. Para a citação, p. 7.

102. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 49, doc. 27A, 30-09-1630; doc. 41 A, [Sem Data]; doc. 65, 3-08-1631; doc. 66, 5-08-1631; doc. 68D, 9-11-1631; doc. 73, 1-04-1631; doc. 75, 3-04-1631; doc. 78, [1631]; doc. 97D, 9-01-1632; doc. 104, 1-08-1631; doc. 105, 8-10-1631

João Maurício de Nassau-Siegen. Essa documentação encontra-se digitalizada e disponível para consulta em linha.¹⁰³ Pela facilidade de consulta e para evitar ampliar o tamanho deste trabalho, muitas vezes não se reproduziram em nota as citações originais.

Muitas das informações contidas nas “Cartas e Papéis”, acima, são complementadas pelas *Dagelijkse Notulen van den Hoogen en Secreten Raad in Brazilië* (Atas diárias do Alto e Secreto Conselho do Brasil), que constam de 9 inventários.¹⁰⁴ As entradas começam no dia 27 de março de 1635 e terminam em janeiro de 1654. Há referências a entradas anteriores a 1635, mas esse material não chegou aos nossos dias. Não se pode deixar de destacar que, além de complementar informações de outras coleções, seu conteúdo é rico em informações presentes apenas aí, principalmente sobre o dia-a-dia da colônia. Estas são a fonte principal deste trabalho, como processos judiciais e penas aplicadas, bem como eventos sociais, celebrações e administração dos funcionários da WIC. O tema “interações sociais” aparece em 832 das 4.758 entradas, ou seja, em 17,5% do total, analisado para os índices elaborados para o Projeto Resgate. Assim, os exemplos são muitos, sendo praticamente impossível, por questões práticas, apresentá-los todos. Por isso, decidiu-se que, nos capítulos que seguem, serão apresentados apenas 3 exemplos por tema, organizados em ordem cronológica. Foram escolhidos os casos menos conhecidos na literatura ou aqueles considerados mais ilustrativos.

Somada à coleção Companhia das Índias Ocidentais Velha, há a coleção *Staten Generaal* (Estados Gerais).¹⁰⁵ Desde o início das operações da WIC, os Estados Gerais, órgão dirigente das Províncias Unidas, estavam diretamente envolvidos na administração da Companhia. Dentro dessa coleção temos os documentos arquivados nos Escaninhos Normais (*Loketkast*) e Escaninhos Secretos (*Secreetkast*), as chamadas *Liassen*, ou Anexos, papéis referentes a Portugal, totalizando cerca de 60 inventários. Os documentos aí existentes contêm, entre muitas outras, informações indispensáveis sobre as relações das Províncias Unidas com Portugal, alguns processos completos de navios capturados e o envolvimento de outras potências europeias no conflito entre as Províncias Unidas e Portugal acerca da ocupação de parte da América Portuguesa. A coleção *Liassen* encontra-se digitalizada e disponível para

103. Disponível em www.gahetna.nl.

104. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. 68 – 71. Os volumes 4 e 5 da coleção Maurítiana contêm índices das Atas Diárias, por assunto, nome de pessoas e nome de navios.

105. NL-HaNa_SG 1.01.02.

consulta em linha. Destaca-se que não há um mecanismo de busca para essa coleção, a qual ainda não recebeu descrição arquivística. Também nessa coleção há um fundo Almirantado (*Admiraliteit*), onde estão presentes diferentes inventários sobre disputas de comerciantes portugueses e neerlandeses com os Almirantados, a respeito de navios confiscados, por exemplo. São documentos indispensáveis para entender a inserção da comunidade portuguesa nas Províncias Unidas.

Ainda nos Países Baixos, documentos notariais no Arquivo Municipal de Amsterdam, Rotterdam e Hoorn forneceram informações sobre pessoas e atividades nas quais estavam envolvidas, não só nas Províncias Unidas, mas também no Brasil. Segundo Grendi, a linguagem e os diferentes tipos de relação descritos em documentos notariais “valem como documentos históricos no sentido pleno da expressão: além de revelarem as relações entre dois ou mais sujeitos, têm, também, por isso, um sentido cultural, na medida em que atestam um costume ou uma tipicidade”.¹⁰⁶ A documentação notarial dos arquivos de Amsterdam e Rotterdam estão digitalizadas e encontram-se disponíveis para consulta em linha.¹⁰⁷

Para complementar a documentação neerlandesa e, ao mesmo tempo, dar voz aos portugueses, utilizou-se a documentação inquisitorial do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, tanto os Cadernos do Promotor, como diversos Processos Inquisitoriais. Essa documentação é rica em dados sobre o cotidiano da Nova Holanda, dados estes que muitas vezes não estão presentes nos manuscritos neerlandeses. Sobre o trabalho com a documentação inquisitorial, Carlo Ginzburg conclui:¹⁰⁸

106. Edoardo Grendi, “Microanálise e história social”. In: Monica Ribeiro de Oliveira e Carla Maria Carvalho de Almeida (org.), *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2009, pp. 19 – 38. Para a citação, p. 24. Sobre Microhistória e as fontes jurídicas, cf.: Eulalia Hernández Ciro, “Microhistoria italiana, antropología y archivos judiciales”. In: *Revista Historia Y Sociedad* 2016 30, pp. 75 – 104.

107. Para o Arquivo Notarial em Amsterdam, <https://archieff.amsterdam/inventarissen/inventaris/5075.nl.html> (consultado em 27 de março de 2018); para o de Rotterdam, <http://www.stadsarchieff.rotterdam.nl/collectie/notariële-akten> (consultado em 27 de março de 2018).

108. Carlo Ginzburg, “O inquisidor como antropólogo”. In: *idem, O fio e os rastros Verdadeiro, falso e fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 280 – 293. Para a citação, p. 287.

Naturalmente, esses documentos não são neutros; a informação que nos fornecem não é nada “objetiva”. Eles devem ser lidos como produtos de uma relação específica, profundamente desigual. Para decifrá-los, devemos aprender a captar por trás da superfície lisa do texto um sutil jogo de ameaças e medos, de ataques e retiradas. Devemos aprender a desembaraçar os fios multicores que constituíam o emaranhado desses diálogos.

Destaca-se que essa documentação encontra-se digitalizada, sendo uma parte significativa diretamente dos originais; outros são digitalizações de microfímes, o que, muitas vezes, torna a leitura bastante demorada.¹⁰⁹ Tentou-se investigar, também na Torre do Tombo, privilégios concedidos a estrangeiros, ou seja, primeiro não-portugueses e, entre 1580 e 1640, não ibéricos, mas não foi possível consultar a documentação das Chancelarias de Filipe I (Filipe II de Espanha), Filipe II (Filipe III de Espanha) e Filipe III (Filipe IV de Espanha), devido aos diferentes obstáculos colocados pelo arquivo ao acesso dos originais, que ofereceu, como alternativa, reproduções ilegíveis.

3. Estrutura do Trabalho

Para responder às perguntas levantadas acima, este trabalho foi dividido em quatro capítulos. Antes de mais nada, é preciso destacar que se tentou em todos eles identificar semelhanças e singularidades entre a Nova Holanda, as Províncias Unidas, Portugal/Espanha e o Brasil português, seja antes de 1630, seja entre 1630 – 1654. Na década de 1970 do século XX, E. Stols chamou a atenção para o fato de muitos estudos sobre o Brasil Neerlandês ignorarem o período anterior a 1630, como se não houvesse vínculo algum entre os dois períodos e o convívio entre neerlandeses/flamengos e lusitanos não existisse antes da conquista do Brasil pelas tropas da WIC, desaparecendo completamente após a saída dos neerlandeses do Recife.¹¹⁰

O primeiro capítulo, portanto, é dedicado ao estudo das interações entre lusitanos e neerlandeses/flamengos, antes de 1630, na Europa ou na América Portuguesa, dando-se destaque a quem estava envolvido em interações

109. Disponível em <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=2299703> (consultado em 27 de março de 2018).

110. E. Stols, “Os mercadores flamengos em Portugal e no Brasil antes das conquistas holandesas”. In: *Anais de História* V, 1973, pp. 9 – 54. Para a citação, pp. 9 – 11.

econômicas, sociais e jurídicas. Estudam-se também as respostas das autoridades à presença de estrangeiros, bem como as estratégias individuais de contornar decisões oficiais, em busca das origens do convívio entre as nações europeias aqui em relevo.

O segundo capítulo trata da sociedade da Nova Holanda, salientando sua formação, a visão que os neerlandeses tinham dessa mesma sociedade, e como as diferentes nações europeias conviviam, sobretudo neerlandeses e portugueses. Ao tratar do convívio, são analisadas as formas de comunicação numa sociedade plurilíngue, o casamento e a vida cotidiana, destacando aqui as formas de lazer e a milícia urbana.

No capítulo terceiro, o enfoque recai sobre as interações econômicas, a partir do ponto de vista do comerciante Johan van Rasenberg. Não se trata de uma análise econômica no sentido clássico. Procurou-se saber quem estava envolvido nas principais atividades econômicas da época: o fornecimento de crédito, a indústria açucareira, o comércio de escravos, a extração e comércio do pau-brasil e, por fim, os negócios cotidianos, que englobam também os que eram atuantes em leilões públicos.

O quarto e último capítulo centrou-se nas interações jurídicas, apresentando primeiro as estruturas judiciárias da Nova Holanda. Em seguida, analisa-se o contrabando, as formas processuais “*ordinaire*” por meio de três grandes processos tramitados no Recife e por fim, os processos e “*extraordinaire*”, com o objetivo de verificar o funcionamento da justiça cotidiana, utilizando as diferentes sentenças que chegaram até os dias de hoje.

4. Observações gerais

Para se aproximar da linguagem das fontes, ao longo do texto, utiliza-se o vocábulo “língua”, referindo-se a tradutores intérpretes, como eram chamados no século XVII. Manteve-se a onomástica conforme os manuscritos consultados. Nas fontes consultadas, portuguesas ou neerlandesas, nomes pessoais eram grafados foneticamente. Em fontes neerlandesas, “João” era registrado como “Joan” ou “Jan”; “Miguel” como “Michel”; “André” vira “Andries”, para dar somente três exemplos.¹¹¹ Já na documentação portuguesa, apresentaremos

111. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 52, doc. 47, 24-10-1636 e NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 53, doc. 97, 22-06-1638. Para mais exemplos, consultar as listagens de vendas de escravos e de carregamento de açúcar, além das Atas Diárias do Alto e Secreto Conselho do Brasil, na coleção “Cartas e Papéis do Brasil” no Arquivo Nacional em Haia.

exemplos retirados do conhecido relato de Frei Manuel Calado, a saber: “Jan Cornelissen Lichthart” foi registrado como “João Cornelicem Lictart” e “Jacob Stachouwer” como “Jacobo Stacour”.¹¹²

O nome oficial da colônia da WIC era Nova Holanda, mas, na literatura sobre o período, ela ficou conhecida como Brasil Neerlandês. “Holandês” remete aos naturais da Província da Holanda, uma das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos, juntamente com Zeelândia, Utrecht, Groninga, Frísia, Geldria e “Overijssel”, sendo a Província da Holanda a mais rica e influente delas. Para evitar confusão, utiliza-se Brasil Neerlandês e Nova Holanda, intercaladamente. Neerlandês refere-se também aos naturais das Províncias Unidas, como um todo.

A tradução do neerlandês antigo para o português moderno é de minha autoria, salvo quando indicado de outro modo. Muitas vezes, para tornar o texto em português inteligível, recorreu-se à inserção de palavras entre colchetes. Igualmente, trechos ilegíveis ou rasurados são indicados dessa forma. Quando foram citadas traduções, estas foram conferidas com o original e, em caso de discrepância entre minha interpretação e a do tradutor, optei por minha versão, indicando isso em nota de rodapé. Sobre a citação de fontes portuguesas, grande parte delas foi modernizada, mas, em um ou outro momento, transcreveram-se da maneira diplomática, ou seja, preservando-se o texto como está no original.

Por uma questão pragmática, evitaram-se, sempre que possível, notas muito extensas, mantendo-se o idioma inglês nas citações de fontes secundárias. Quando isso não ocorreu, a tradução é de minha autoria, aplicando-se o mesmo sistema às traduções do neerlandês e do espanhol.

112. Manuel Calado. *O Valeroso Lucideno*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987 [1648], pp. 59 e 105.